

# Colóquio Internacional: **Élisée Reclus e a Geografia do Novo Mundo**

6 a 10 de dezembro de 2011  
Laboratório de Geografia Política  
Departamento de Geografia - Universidade de São Paulo  
São Paulo – Brasil

## **Anarquia, Ecologia e Veganismo: Contribuições de Élisée Reclus para uma Visão Bioética do Espaço**

Pablo Campos Leal  
Universidade Federal Fluminense

### **Anarquia: Ética dos Homens**

De certo, apesar do longo silêncio por parte da comunidade geográfica do mundo a respeito da importantíssima obra de Élisée Reclus, muito se tem dito nos últimos 40 anos sobre a importância das contribuições geográficas e políticas de Reclus e sobre sua exclusão da comunidade geográfica, dentre outros: Lacoste: 2009[1974]; Giblin: 1982; Boino: 2010; Pelletier: 2010.

Não cabe aqui, fazer um resgate, nem mesmo uma nova leitura dos motivos que levaram à comunidade dos geógrafos simplesmente eliminarem o seu nome da História do Pensamento Geográfico, da mesma forma que um Stalin. Mas sabemos também que uma das razões prováveis e bastante apontada pelos estudiosos diz respeito as convicções anarquistas e libertárias de Reclus. Ao contrário da geografia mainstream de sua época, majoritariamente positivista e pretensamente neutra (Pelletier; 2010), “Reclus fundou (principalmente) uma geografia social, econômica e política, colocando em relevo os modos de produção, os sistemas de exploração capitalista e de opressão estatista” (Boino; 2010:12).

Apesar de nunca ter aprofundado de uma forma mais clara e direta, Reclus sempre criticou a forma pela qual os homens organizaram em produziram o espaço geográfico, focando sobretudo na forma desigual desse processo.

## O Estado

Um dos grandes alvos de Reclus, no que diz respeito a uma produção do espaço desigual e injusta, é o Estado. Não por coincidência, em seu monumental *O Homem e a Terra*, existe um item inteiro intitulado “O Estado Moderno”, com uma longa discussão geo-histórica a respeito da gênese e natureza do Estado.

Ele denuncia a natureza excludente e autoritária do Estado, como uma variante constante no espaço-tempo:

Sob suas mil transformações, o Estado, seja ele o mais popular, tem por primeiro princípio, por núcleo primitivo, a autoridade caprichosa de um senhor e, por consequência, a diminuição ou mesmo a perda total da iniciativa do súdito, pois são necessariamente homens que representam esse Estado, e esses homens, em virtude mesmo da posse do poder, e pela própria definição da palavra “governo”, sob a qual são contidos, tem menos contrapeso a suas paixões do que a multidão de governados. (Reclus; 2002:58).

O Estado não faz outra coisa se não “defender os interesses dos proprietários, os ‘direitos do capital’” (Reclus; 2002: 96).

Assim, podemos induzir uma série de prerrogativas e possíveis direcionamentos a partir dessa linha de raciocínio. Sendo o Estado esse órgão centralizador que uma classe ou grupo possui, a despeito dos demais, para manter sua situação de dominação, e sendo esse mesmo Estado, um dos grandes responsáveis junto com o grande Capital pela produção e organização do espaço, podemos ver que este, reproduzirá e seguirá a lógica daquele, sendo, por tanto, desigualmente produzido e apropriado.

Reclus destrincha o Estado e todos seus aparatos, denunciando-o ainda, como estratégias que uma classe tem para subjugar outra(s). Do exército à burocracia, magistratura, polícia, igreja, judiciário, parlamento; a abordagem de Reclus é ampla.

A crítica de Reclus ao Estado é profunda e rica, e apesar desse tema ter ficado por tanto tempo por fora da pauta epistemológica da geografia, sabemos hoje, que o é demasiado importante para a compreensão das lógicas da produção do espaço, nos mais variados contextos espaço-temporais. Raffestin (1993), entre outros nos alerta sobre os problemas epistemológicos do “Estadocentrismo” na Geografia. Reclus, sem sombra de dúvidas nos permite encontrar algumas pistas na superação desse problema.

Quando Reclus aborda o Estado, ele não o faz girando sob sua órbita. Sem sombra de dúvidas ele o aponta enquanto um “sujeito geográfico”, mas é sobretudo, contrapondo com a iniciativa individual e popular, que ele o faz. Sua análise consiste muito mais em se utilizar de exemplos a partir da lógica estatal, justamente para mostrar sua ineficiência e sua crueldade no que diz respeito a produção do espaço.

Sua geografia foi por ele mesmo chama da de Geografia Social, não por acaso. Reclus dava grande destaque aos “homens e mulheres comuns” como sujeitos geográficos, ao contrário da Escola Vidaliana, que defendia que a “Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens” (Lablache; 1982: 47). Assim, não é de se estranhar, que, falando sobre a constituição do território Chinês, em um capítulo intitulado “As Nacionalidades”, Reclus dê tanta atenção “aos de baixo”, afirmando ainda que estes tiveram importância fundamental na construção desse território, sobretudo porque as “populações guerreiros” e os mongóis influenciavam as decisões de imperadores da dinastia Manchú, que os temiam muito (1982: 138). Na mesma linha, ao falar da modernização do Japão, retrata a importância dos “jovens”, tencionando com os “conservadores” (1982: 138).

Assim, Reclus dá uma contribuição dupla à Geografia: Em primeiro lugar, incorpora o Estado, enquanto sujeito social e geográfico, mas a partir de uma perspectiva notadamente crítica e Anti-Estatista. Em segundo lugar, mesmo incorporando o Estado enquanto sujeito, o faz sem eclipsar outros sujeitos, trazendo por vezes a importância dos “de baixo”.

### **A Apropriação e Uso Privado da Natureza: Classes e Capital**

As fortes críticas de Reclus ao autoritarismo e as injustiças das sociedades atuais não se limitam somente ao Estado, ele também é um grande adversário das sociedades fundadas na apropriação privada dos meios de produção e da exploração de uma classe ou grupo sobre outro.

Os defensores da ordem social atual possuem propriedades sem limites, rendas que se contam aos milhões e bilhões, todo poderio do Estado, com os exércitos de empregados, de soldados, de policiais, de magistrados, todo o arsenal de leis e decretos, os dogmas ditos infalíveis da igreja, a inércia do habito nos instintos hereditários e a rotina mesquinha que quase sempre associa os vencidos servis a seus orgulhosos vencedores. (2002:90)

Não é com nenhum pudor que Reclus afirma que “um pouco de sangue batiza o limiar das

oficinas ou a entrada da mina.” (2002:118). A condição daquela grande parte da humanidade que não possui outra coisa, se não sua força de trabalho sempre foi parte de suas preocupações e mesmo em suas obras científicas, de uma maneira ou de outra, sempre estiveram em pauta.

Existe, assim uma clara contradição da produção do espaço na sociedade capitalista: apesar de ser basicamente as classes dominantes e a partir de seus interesses, que ocorre o planejamento da produção do espaço, é, pois a classe dominada que o produz materialmente. E Reclus expõe isso quando fala que é, também crédito “dos pobres” as “ferrovias, telégrafos, carneiros hidráulicos, perfuradores”. (2002: 108).

Já no capítulo intitulado “O Cultivo e a Propriedade” Reclus começa fazendo uma longa digressão sobre os “modos de produção” e sobre os regimes de propriedade ao longo do espaço-tempo, concluindo, ao contrário do que nos passam o discurso dominante – isso quando não é o silêncio que predomina sobre esse assunto, como dentre a Geografia durante um longo tempo - , que “a propriedade comunal foi o regime dominante entre as sociedades” (1982: 324– tradução livre).

É com certa tristeza e desgosto que Reclus fala da transição desse quadro, creditando a transição para um regime prioritariamente excludente de propriedade privada a influência do Direito Romano e ao avanço do espírito mercantilizante, que culminou com o Capitalismo e a Revolução Industrial inglesa (1982: 326-27).

Ocorre assim também o surgimento da grande propriedade e do latifúndio. “A grande propriedade, a divisão do solo em domínios de grande extensão, tem se convertido em regra em certas regiões onde os verdadeiros lavradores tem sido excluídos de toda participação [...]”(1982: 328– tradução livre).

Contudo, mesmo com a evolução excludente do regime de propriedade privada, Reclus não é fatalista, segundo ele “não existe um país da Europa onde as tradições da antiga propriedade comunal desapareceram por completo” (Ibdem– tradução livre), destacando o mir Russo e Ardenas.

## **Anarquia**

Por mais contundentes e agudas que sejam as críticas de Reclus ao autoritarismo e as desigualdades promovidas pelo Estado e pelas Classes Dominantes, elas não ficam flutuando em uma órbita distante. Ao contrário, encontram-se unidas a uma teoria e uma prática libertária forte e coerente.

A possibilidade de um mundo livre e fraternos frente a realidade autoritária, excludente e competitiva era um motor pra Reclus:

Assim pois, em resumo, nossa finalidade política em cada nação é a abolição dos privilégios aristocráticos, e na Terra inteira é a união de todos os povos. Nosso destino é chegar a esse estado de perfeição ideal onde as nações já não terão a necessidade de estar sob a tutela ou de um governante ou de outra nação; é a ausência do governo; é a anarquia, a mais alta expressão de ordem. (1982:33 - tradução livre).

Reclus denuncia os autoritarismos provocados pela organização sócio-espacial dos homens, e clama, na linha do libertarianismo da Associação Internacional dos Trabalhadores, que a “emancipação dos trabalhadores é tarefa dos próprios trabalhadores”: (2010 C: 93)

Assim, Reclus defende uma série de “propostas” e contrapontos a respeito de como a sociedade se organiza e de como deveria se organizar, que possui uma dimensão fortemente geográfica.

Em contraposição as “influências totalitárias” (1982: 332) da grande propriedade e do latifúndio, Reclus faz uma verdadeira ode a propriedade comunal da Terra, quando trata de sua gênese. Ele também nos mostra as vantagens da pequena propriedade (Idem: 331).

As fronteiras e nacionalidades impostas são também alvo de sua implacável crítica:

A pátria, tal como cada homem de Estado tem por “dever” exaltar por cima das demais nações não dá lugar se não a raciocínios falsos e complicações funestas. E primeirissimamente, o que os diplomatas insistem a respeito das “fronteiras naturais”, que separariam os estados em virtude de uma espécie de predestinação geográfica, está desprovido de razão. Não existem fronteiras naturais no sentido em que dão os patriotas. (1982: 182)

A centralização Estatal e urbana, também são bastante criticadas por Reclus, que claramente defende o Federalismo e a descentralização em comunas autônomas e autogeridas (1982: 36).

Assim, seja sob a ótica da propriedade e da questão fundiária, seja sob a ótica das nações e das fronteiras ou sob a ótica do Estado e das Cidades, fica claro que o pensamento de Reclus, tem um forte cunho geográfico. Suas críticas e propostas, sejam elas em uma dimensão político-social ou geográfica - embora seja difícil separá-las - passam por uma dimensão claramente espacial: toda uma (re)estruturação territorial mostra-se necessária para Reclus, para que os homens possam viver de uma maneira mais harmônica. A expropriação e repartição das terras em pequenas propriedades por associação de camponeses; o fim das fronteiras e desmantelamento dos aparelhos Estatais; a

descentralização urbana, em comunas autônomas e autogeridas: tudo isso seria parte de um possível “programa” de Elisee Reclus.

Assim a Anarquia de Reclus não é somente um conjunto de ideias e pensamentos – não nos esqueçamos também da militância anarquista de Reclus, desde sua ação na Fraternidade Internacional ao lado de Bakunin, passando pela atuação na AIT, bem como sua participação na Comuna de Paris e outros acontecimentos revolucionários -, muito mais que isso, serve como um verdadeiro fio de condução para sua forma de entender e transformar a sociedade, e também como base epistêmica da forma geográfica pela qual ele compreende e operacionaliza seu pensamento.

## **Ecologia: Ética da Terra**

Enquanto grande parte do pensamento social (inclusive crítico, como Marx) e científico (Incluindo aí setores da Geografia; basicamente a única “corrente” de Geografia que não se encaixa nesse quadro é a Alemã de Humboldt e Ritter, cuja forte influência do Romantismo Alemão levou-os a um rumo diferente) em meados e fins de século XIX afundava-se prazerosamente nas crenças ideológicas da Modernidade, Elisée Reclus já nutria uma forte crítica aos seus valores e consequências, apesar de contraditoriamente, incluir alguns de seus elementos em seu pensamento.

Uma das crenças da Modernidade que nos interessam aqui é aquela que afirma – ou ao menos não possui consciência – da esgotabilidade e da finitude da Natureza e de seus recursos. Essa crença, na verdade deriva de uma outra mais antiga: trata-se de encarar e enxergar a Natureza e sua dinâmica como uma grande máquina, tal como Descartes formulou.

A crença de que a ação humana sobre a Terra somente servia para “embelezar” o planeta, para o homem colocar as suas marcas sobre a terra e que somente traziam o “progresso da civilização” foi questionada desde cedo por Reclus, já em La Terre (1868):

A ação do homem, tão poderosa pode secar pântanos e lagos, para nivelar os obstáculos entre os países, para modificar a primeira repartição das espécies vegetais e animais, tem por isso mesmo uma importância decisiva nas transformações que sofrem o aspecto interior do planeta. Pode embelezar a Terra, mas também podem enfeia-la; segundo o estado social e os costumes de cada povo, contribui ora para degradar a natureza, ou transformá-la. (1982: 62 – tradução livre)

Nisso, vemos que a crítica ecológica de Reclus - além de mostrar que a ação humana nem

sempre leva ao progresso, ou ao menos que esse progresso específico é relativo, e pode se dar às custas de uma série de outras mazelas que ele origina – não é universalizante.

Sobressai dessa investigação que, sobre um grande número de pontos, os trabalhos humanos ainda têm por resultado fatal empobrecer o solo, enfeiar a natureza, estragar climas. [...] Em muitos lugares o homem transformou sua pátria em um deserto, e “a vegetação não cresce mais onde ele pisou”. (2010 A: 54-55)

Reclus aponta que os problemas ambientais têm a ver com o “estado social” da mesma, isto é, com o modo— produção e com a sua cultura específica. Esse argumento é simples e direto e pode parecer óbvio, mas ele não só não foi assimilado pelo ecologismo contemporâneo, como vai de encontro com a maioria de suas correntes, que tendem a ver os problemas ecológicos e suas soluções apenas como uma questão “técnica” – investindo assim somente em ciência, tecnologia e engenharia. Reclus aponta que a forma como os homens se organizam socialmente (regime de propriedade, apropriação da natureza, meios-de-produção, tipos de classe e apropriação da produção, etc) e a cultura que daí deriva e que re-cria essas formas de organização tem um papel fundamental na forma com essas sociedades se relacionam com a natureza.

A ação do homem se dá, ao contrário, a maior diversidade de aspecto à superfície terrestre. De um lado, ela destrói, do outro ela melhora; segundo o estado social e os progressos de cada povo, ela contribui ora para degradar a natureza, ora a embelezá-la. (Reclus; 2010 A: 52).

Vimos anteriormente a crítica de Reclus ao latifúndio sob um ponto de vista sócio-político, mas não devemos esquecer que para ele, as dimensões ecológicas e políticas não estavam dissociadas. É nessa direção que ele também critica o latifúndio sob um ponto de vista ecológico, falando das “devastações e do incêndio” e conclui que o latifúndio pode levar “à ruína das populações e, frequentemente também, a própria terra.” (1982: 332).

Ao tratar das formações, gênese, distribuição e tipos de indústria e industrialização em uma longa sessão de seu *O Homem e a Terra*, Reclus passa mesmo a questionar e denunciar grandes desastres provados pela indústria e pelas sociedades industriais. Fala dos padrões que acumulam as cidades industriais em torno das minas e as pessoas em um solo tornado negro pelos resíduos de carbono (Ibdem: 346).

Apesar de Reclus salientar a importância e beleza de certas obras da ação humana, ele aponta

que o mais importante não é transformar a natureza e suas dinâmicas, de modo que se adaptem às conveniências humanas, mas sim o contrário: “A sociedade civil governará a si mesma, deve estabelecer-se mediante uma adaptação cada vez mais íntima às condições do meio” (1982: 63). Reclus denuncia também o descaso com que se planeja as instalações de novas indústrias e suas desastrosas consequências:

O industrial começa a se deslocar; cidades novas surgem nos vales das montanhas e em meio às pastagens e bosques; trabalhadores rudes substituem pastores e lenhadores. Porém, por desgraça, a natureza é forçada a mudar simultaneamente; córregos são canalizados através de diques, as alegres cascatas desaparecem ou somente fluem através de magras goteiras por meio das rochas [...] Muitas regiões, dos Alpes suíços e franceses, Do Jura, Escócia, Suécia, Finlândia, Canadá, já perderam sua majestade solitária para converter-se em formigueiros de homens que atacam com brutalidade os flancos das montanhas, abrindo, perfurando, devastando, sem método aparente e, ainda hoje, sem se preocupar com a beleza. Os pequenos moinhos cuja aprazível roda girava lentamente sobre o fluir de uma água murmuradora tem sido substituído pelos grandes edifícios [...] (1982: 346- tradução livre).

A grande maioria das empreitadas humanas que vão na tentativa de controlar a natureza e submetê-la às conveniências humanas têm graves consequências, e isso só mostra como muitas vezes o homem coloca a “graça, e amiúde a graça falsa e afetada [de uma natureza artificializada] , bem acima da simplicidade grandiosa dos vastos horizontes [da natureza primeira] (2010 E: 59). Na mesma direção, Reclus condena os orientais que pelo seu “mesquinho amor pelo barroco, pelo simétrico” reprimem a “seiva nos troncos a fim de criar variedades anãs e das as árvores formas geométricas ou a bizarra aparência de monstros e demônios” (Ibidem:71).

Ao falar sobre a matança dos animais, frutos da cultura especista, Reclus compara a brutalidade com a qual os homens agem para com os animais não-humanos, com a brutalidade como estes agem para com a natureza, fornecendo ainda uma importante crítica aos especialistas, planejadores do espaço e tecnocratas:

No que diz respeito a isso, nós não agimos da mesma maneira perante toda Natureza? Solte um bando de engenheiros em um vale charmoso, no meio de campos e árvores, ou nos diques de um lindo rio, e você logo verá o que eles farão. Eles farão todo que estiver em seu alcance para colocar o seu trabalho em evidência e para mascarar a Natureza sob suas pilhas de rochas despedaçadas e cinzas. Todos eles ficarão orgulhosos, ao menos, ao ver suas locomotivas riscando o céu com um rastro de fumaça amarela ou preta. (2009: 3 – tradução livre)



Sob o ponto de vista geográfico (em termos de geografia física) e ecológico (em termos de dinâmicas ecológicas) Reclus também nos ofereceu importantes contribuições. Já denunciava que o desmatamento não só “enfeava” a paisagem como altera o regime pluviométrico, contribuindo com a desertificação dos climas e erode e empobrece os solos, em função da alteração no escoamento de superfície (2010 A: 56). Ainda na mesma linha, ele denunciava que além de desmatar friamente, não existia nenhuma preocupação com o reflorestamento (Ibdem: 60). A influência das cidades sob o meio-ambiente já era por ele apontada, ao afirmar que as cidades elevavam a temperatura (contribuindo pioneiramente nos estudos de Clima Urbano, e dando passos na direção da teoria das “Ilhas de Calor”) e contribuía com poluição atmosférica (Ibdem: 59).

Reclus não se contenta com as importantes denúncias e críticas relativas a forma predadora que o homem agia para com a natureza, ele tratou mesmo de propor, mesmo que de maneira não sistematizada, algumas medidas, trazendo com pioneirismo e de maneira crítica o debate sobre conservação ambiental: “Trata-se de conservar, aumentar, inclusive, a beleza exterior da natureza, devolver-lha quando uma exploração brutal já a fez desaparecer.” (Ibdem: 70).

São muitas as passagens das inúmeras e grandiosas obras de Elisée Reclus que vemos uma sensibilidade ecológica, e maiores ainda são os pontos pelos quais ele aborda esse tema. Cabe-nos salientar por agora, a importância que Reclus dava a uma reconexão maior com a Natureza e a necessidade de compreendermos melhor suas dinâmicas para nos adaptarmos à ela de maneira mais orgânica:

[...] somos filhos da terra. É dela que extraímos nossa subsistência; ela sustenta-nos com seus sucos nutritivos e fornece o ar aos nossos pulmões; do ponto de vista material, ela nos dá “a vida, o movimento e o ser” (2010 A: 51)

## **Veganismo: Ética dos Animais**

### **Considerações Sobre o Veganismo**

Geo-Históricamente podemos falar que o Veganismo, tal qual conhecemos hoje, é recente, datando da Europa em meados do século XIX. O termo surge a partir de um “racha” no movimento pelos direitos animais britânico: alguns setores criticaram o fato de vegetarianos estarem consumindo produtos oriundos de exploração animal (queijo, ovos, mel...) e cunharam o termo Vegan, como uma forma de se distinguir desses (Stepaniak e Messina; 2000).

A American Vegan Society define o Veganismo da seguinte forma:

Veganismo significa viver exclusivamente dos produtos do reino vegetal, excluindo carnes, peixes, aves, leite animal e todos os tipos de laticínios (queijo, manteiga, iogurte etc.), ovos, mel e todo tipo de alimento de origem animal.

[...] Veganos talvez possam ser descritos como aqueles que deram o próximo passo ético lógico para além do vegetarianismo básico. (Stepaniak e Messina; 2000: 20- tradução livre).

Apesar de acharmos essa definição básica e limitada, já que ela não destaca os aspectos filosóficos do Veganismo, limitando-se a defini-lo a partir do que os veganos consomem ou deixam de consumir, ela nos dá uma noção inicial e serve de ponto de partida. Esses pontos são muito mais uma série de consequências materiais que aqueles que tornam-se veganos adotam, do que uma definição de Veganismo.

Poderíamos definir o Veganismo, como um conjunto de pensamentos e práticas que se opõe e combatem a exploração animal humana e não-humana, sob um ponto de vista ético e político. A luta pela libertação animal não é aleatória, os veganos não escolheram essa forma de vida para defender sem nenhum embasamento. Ela se relaciona a partir de duas noções básicas: Senciência e Especismo.

Os veganos se recusam a consumir produtos oriundos do assassinato ou mesmo de crueldade animal porque estes são seres sencientes, isto é, seres capazes de sentir dor e prazer e como bem sabemos, “se um ser sofre não pode haver justificativa moral para deixar de levar em consideração esse sofrimento” (Singer; 2010: 14).

Geralmente, os argumentos que se utilizam pra justificar tais práticas são argumentos especistas. O especismo “é o preconceito ou atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros de sua própria espécie, contra os de outras” (Ibdem: 11). A analogia do especismo com o racismo e sexismo de Singer (Ibdem: 15) é esclarecedora:

Os racistas violam o princípio da igualdade ao conferir mais peso aos interesses de membros de sua etnia quando há um conflito entre os próprios interesses e os daqueles que pertencem a outras etnias. Os sexista violam o princípio da igualdade ao favorecer os interesses do próprio sexo. Analogamente, os especistas permitem que os interesses de sua espécie se sobreponham aos interesses maiores de membros de outras espécies. O padrão é idêntico em todos os casos.

Assim, quando se admite que os animais não-humanos são seres sencientes que e que sua exploração não podendo ser moral ou eticamente justificada, o que temos é a necessidade de se estender o princípio da igualdade para estes, já que o “princípio da igual consideração de interesses como um preceito moral básico [...] aplica-se também aos membros de outras espécies” (Ibdem: 11-12). E é aí que entram aqueles conjuntos de práticas listadas pela American Vegan Society, como um conjunto de ações práticas levadas a cabo para evitar e combater o sofrimento e a exploração de animais humanos e não-humanos.

### **Reclus e a Libertação Animal**

Apesar de Reclus ter sido um vegetariano e defensor da libertação animal e uma grande voz na denúncia do especismo, claramente não o trataremos aqui, enquanto um vegano, mesmo porque, ele não se opunha, por exemplo, ao consumo de ovos (2009: 06).

Entretanto, não devemos deixar de relembrar as importantes considerações de Reclus, no que diz respeito a Libertação Animal e ao que hoje, conhecemos como Veganismo.

Vale lembrar que Reclus, apesar de nunca ter sistematizado suas reflexões sobre o Vegetarianismo em uma dimensão mais Geográfica, sempre deu um tom político e ético a Questão Animal, e é um dos poucos geógrafos a defender abertamente a Libertação Animal que temos notícias.

Em seu fabuloso “On Vegetarianism”, com um tom poético, pessoal e ao mesmo tempo denso e profundo, Reclus aborda de uma forma única questões relativas a exploração animal. Com um tom forte, fala do ambiente sombrio dos abatedouros que presenciou ainda criança, com seus grunhidos e gemidos, sangues, facas afiadas, aventais manchados de sangue e com todo o sofrimento e dor de animais (Ibdem: 01). A crueldade desses abatedouros é tamanha que eles estrategicamente ficam relegados aos “Subúrbios distantes” (Ibdem: 06).

Reclus já antecipava a analogia entre especismo e racismo – aquela mesma usada por Peter Singer -, ao comparar o tratamento dado aos chineses com o dado a raposas que tem a pele usada para fazer casacos de pele (Ibdem: 04). Indo mais a frente, Reclus (Idem – tradução livre). fala do comportamento e dos motivos que levam os homens a guerra e daquele que leva o homem a cometer atrocidades semelhantes para com os animais:

Não é uma digressão mencionar os horrores da guerra ligados ao massacre de gados e banquetes carnívoros. A dieta dos indivíduos corresponde intimamente aos seus costumes. Sangue exige sangue. A essa altura qualquer um que procurar entre suas recordações de pessoas que conheceu descobrirá que não pode haver dúvidas sobre o contraste que existe entre vegetarianos e os rudes fornecedores de carne, gananciosos bebedores de sangue, no que diz respeito a graça dos costumes, gentileza da disposição e regularidade da vida.

Reclus não somente possui uma visão anti-especista da forma como tratamos os animais, como também possui uma clara consciência Biocêntrica, já que propõe uma forma mais harmônica e ética de enxergar a coexistências das espécies – e sobretudo o papel Antropocêntrico do homem – em seu meio e na Terra:

[...] mas pelo menos no conflito das raças, a profissão do destruidor não deve ser nossa. Nós também lidaremos com a parte da Terra que nos pertence para a tornar o mais agradável possível, não somente para nós mesmos, mas também para os animais do nosso lar.

Ao tratar da crueldade com que o homem trata a natureza, mais exatamente, a respeito do desmatamento, Reclus faz algumas reflexões sobre como essa crueldade também é aplicada aos animais, levando-os até mesmo a extinção:

A história da humanidade em sua relação com a fauna oferece uma série de fatos análogos. É provável que o desaparecimento do mamute da Sibéria, do schelk da Alemanha, do grande cervo da Irlanda, e de vários outros grandes animais, deve-se à fúria dos caçadores. Em nossos dias, o búfalo, o leão, o rinoceronte, o elefante, recuam incessantemente ante o homem e, cedo ou tarde, eles, por sua vez, desaparecerão. (2010 A: 62)

Em uma passagem de *Homem e a Terra* que, Reclus mostra uma verdadeira consciência Biocêntrica e ecológica (Antecipando também a “Teoria de Gaia”):

[A ciência] Sabe que importa tratar cada cidade e inclusive o mundo inteiro como um verdadeiro organismo e que a saúde dos japoneses, dos africanos, dos esquimós e também das galinhas, ratos e vacas, importa como a de todos os homens. (1982: 366).

Ao final de seu “On Vegetarianism”, um verdadeiro manifesto, Reclus, ao mesmo tempo em que põe questões a respeito de uma “(Est)ética da Paisagem” faz um apelo, clamando para que os homens ouçam os gritos de animais inocentes construam uma sociedade sem despotismos e exploração, seja entre sexos, raças ou espécies:

Nós não queremos ouvir mais o balir das ovelhas, o mugir dos touros, os gemidos e guinchos cortantes dos porcos, enquanto são levados para o abatedouro. Nós ansiamos pelo tempo onde não teremos de andar rapidamente para encurtar aqueles minutos hediondos de quando passamos em frente ao açougue, com os seus arroios de sangue e fileiras de ganchos afiados, sobre o qual carcaças são penduradas por homens machados de sangue e armados com horríveis facas. Nós queremos algum dia viver em uma cidade onde não mais veremos açougues cheios de cadáveres, lado a lado de vendedores de tecidos e joalheiros, ou em frente a um farmacêutico, ou atrás de uma vitrine com frutas selecionadas, ou ótimos livros, ou estatuas, ou obras de arte. Nós queremos um ambiente agradável aos olhos e em harmonia com a beleza. (2009: 06).

## **Elementos de Bioética do Espaço: Aberturas**

### **Considerações Sobre a Bioética**

Devemos deixar claro já de saída, a dificuldade de ser falar da bioética, em função do grande espectro, da diversidade e pluralidade de suas bases. A depender dos fundamentos teórico-metodológicos e político-filosóficos temos diferentes formas de encarar e produzir Bioética: o Princípioalismo de Tom Beauchamp e James Childress; o Utilitarismo de Peter Singer; o Liberalismo em Bioética de Tristram Engelhardt; as Bioéticas Periféricas e etc (Diniz e Guilhem; 2006).

A bioética surge a partir de fins dos anos 1960, em função de dois marcos específicos: um sócio-político e outro teórico. O marco sócio-político tem a ver com alguns escândalos éticos ocorridos nos EUA em meados dos anos 1960, relativos a tratamentos não éticos à humanos submetidos à experiências científicas (Ibdem: 14-15). O teórico tem a ver com a publicação de 1971 de “Bioética: uma Ponte para o Futuro”, do autor Van Rensselaer Potter (Ibdem: 10).

Bioética “designa um conjunto de questões éticas, que coloca em jogo os valores, originando pelo poder cada vez maior da intervenção da tecnocientífica no ser vivo (especialmente, mas não exclusivamente, no homem).” (Pegoraro; 2002: 78).

Para Pegoraro (Ibdem: 15), a bioética, além de uma “ética aplicada”, é uma “ética filosófica que se especializou em acompanhar o progresso e os problemas éticos da genética, da biomedicina, da biosfera e dos ecossistemas”. Por isso, não devemos que esquecer que na raiz etimológica da Bioética, o *ethos* significa tanto “modo de existir humano” quanto “lugar onde se habita” (ibdem: 16), isto é, tanto numa dimensão ontológica quanto ecológica ou mesmo geográfica. Concordamos com Diniz (2002: 44) que “A bioética preocupa-se com todas as situações de vida que estejam em meio a diferentes escolhas morais quanto aos padrões do bem-viver”. É nesse sentido que podemos afirmar

que a bioética surge como uma tentativa de se buscar uma solução para problemas éticos e morais, muitas vezes, problemas que geram sofrimentos em seres, geralmente fruto de uma negação por parte de um indivíduo ou grupo em levar em consideração os interesses daquele ser.

Existe também um certo antropocentrismo na bioética, talvez em função de suas raízes na Biomedicina e na Ética Médica, ou mesmo em função do forte arraigamento especista e antropocêntrico em nossa sociedade, mas sabemos que “Se tornarmos a vida humana como um ponto capital de ética, imediatamente sentiremos que não é possível ordenar a nossa própria sem pensar eticamente nas outras formas de vida, animal e vegetal.”

O homem, os animais, as plantas e a biosfera são objeto constante de consideração ética. Cada um desses seres tem seu nível próprio de dignidade que precisa ser respeitado, não pelo interesse do homem em garantir sua sobrevivência, mas porque cada um deles tem uma qualidade ética que o perpassa. (Ibdem: 13).

Assim, como aponta Singer (2010: 10), para rompermos o especismo e rumarmos para uma (Bio)Ética que englobe todos os seres sencientes, temos de expandir o princípio da igualdade e a igual consideração de interesses.

### **Suprir o Vazio Ético em Geografia**

Apesar da longa demora e do grande descaso da corporação dos geógrafos para com a ética, nos últimos anos temos visto alguns esforços na direção de suprir essa vazios, sobretudo por parte da geografia anglo-saxã. Nesse sentido podemos destacar o *Animal Geographies: Place, Politics and Identity in the Nature-Culture Borderlands* de Jennifer R. Wolch e Jody Emel; *Animal Spaces, Beastly Places* de Chris Philo e Chris Wilbert; *Geography and Ethics: Journeys in a Moral Terrain* de James P. proctor e David M. Smith; e *Moral Geographies* também de David M. Smith.

Já no Brasil, os esforços nessa direção são extremamente escassos, se não totalmente inexistentes. Mesmo uma preocupação ética “indireta” é mesmo rara no Brasil, dentre essas exceções, não poderíamos deixar de destacar a constante preocupação de Carlos Walter Porto-Gonçalves com a condição precária á qual são submetido os camponeses (entendido em sentido amplo) e a ampla e crescente violência no campo.

Apesar avanços insulares, a geografia como um todo, em um mundo cada vez mais permeado por desafios e problemas éticos - seja pelo avanço da biotecnologia e de bioengenharia, seja pelo

avanço das Sociedades Biopolíticas (Tal qual a pontada por Michel Foucault), ou mesmo pelas já claras consequências ecológicas e sociais do Capitalismo Industrial – ainda permanece alheia a esse debate e a essas preocupações fundamentais.

Mesmo com a geografia tendo feito importantes avanços na tentativa de se desvencilhar de sua matriz positivista e estadocrática, ela ainda permanece alheia a um debate que deveria ter sido fundante, desde seus primórdios: qual a relação entre o *ethos* (entendido em seu sentido duplo) e a produção do espaço? Ou como a produção do espaço pode afetar a qualidade ou mesmo a vida de diversos seres e comunidades? Os interesses de todos sujeitos e comunidades morais são horizontalmente levados em consideração na produção do espaço? Existem limites éticos para a produção do espaço?

Assim, infelizmente, sob esse ângulo, a geografia permanece sendo “a ciência dos lugares e não dos homens” (Lablache; 1982: 47). Se mesmo as preocupações relativas a ética dos homens não foi incorporada pela geografia, quem dirá a ética anti-especista e Vegana.

Assim, buscamos na ampla preocupação ética de Elisée Reclus com a Natureza (o *oikos* de sua ecologia), com o Homem (o anti-autoritarismo de seu anarquismo) e com os animais não-humanos (sua filosofia anti-especista, e para nós o Veganismo), elementos para pensarmos o espaço geográfico - em sua relação de (re)produção – tendo em vistas as preocupações bioéticas com este.

Nesse sentido, a geografia trataria de estudar o espaço, através das relações entre os vários sujeitos morais que interagem e produzem esse espaço. Nesse sentido, não só uma série de novos rumos se abrem pra disciplina, como também antigos caminhos terão de ser totalmente revistos.

Uma série de questões se colocam então para aqueles geógrafos que se preocupam com uma Bioética do Espaço. A partir daqueles questionamentos mais teórico-filosóficos que colocamos anteriormente, uma série de questões práticas são colocadas, já que a bioética é também um *Ètica Aplicada* (Diniz e Guilhem, 2006; Pegoraro, 2002). Nesse sentido, levar realmente a cabo o Princípio da Igualdade e a Igual Consideração de Interesses, tal qual a ponta Singer (2010), além de sua expansão para os animais não-humanos, pode ser um ponto de partida interessante para nortear pesquisas e análises de Bioética do Espaço. Tomemos o caso de Belo Monte como exemplo. “Os interesses de todos os sujeitos morais envolvidos na Construção da Belo Monte estão sendo levados em consideração para a sua construção?” “É eticamente viável passar por cima dos interesses de 40.000 indígena e uma enorme quantidade de animais não-humanos (leia-se remoções, morte e assassinato) para se produzir energia elétrica?”. “Qual seria o papel do geógrafo, enquanto aquele que analisa o espaço, ou mesmo

daquele que o planeja e produz (estudos de impactos ambientais, EIA-RIMA's, demarcação de territórios etc.) frente a esses conflitos morais, que se dão sob um determinado recorte espacial e possuem uma espacialidade?".

Mais do que darmos repostas, procuramos levantar perguntas e questionamentos. Já é tempo da geografia se preocupar com a (Bio)Ètica do Espaço. Ao contrário de ser uma “ciência dos lugares”, a geografia, mais do que uma “ciência dos homens” deve buscar ser também uma ciência do *bíos*, entendida enquanto aquela “maneira própria de viver de um indivíduo ou de um grupo”, ou mesmo da *zoé*, entendida enquanto “o simples fato de viver comum a todos os seres vivos” (Agamben; 2010: 09) em sua relação com o espaço. Assim, para além apenas da dimensão biológica, mas incluindo-a também, precisamos de uma Biogeografia, uma *geografia da vida*, que leve em consideração as relações e os interesses de todos os sujeitos morais com o espaço.

### **Bibliografia**

- Aganben, G. Homo Sacer. Editora UFMG. 2010
- Boino, P. O Pensamento Geográfico de Elisée Reclus. In: Reclus, E. *Da Ação Humana na Geografia Física*. Editora Imaginário. 2010
- Diniz, D e Guilhem, D. O que é Bioética? Editora Brasilense. 2º Reimpressão . 2006
- Diniz, D. Bioética: Fascínio e Repulsa. Acta Bioética 2002, ano VIII. N 1
- Giblin, B. Beografia y Anarquismo. In: Reclus, E. El Hombre y la Tierra (Org. Beatrice Giblin). Editora Efe. 1982
- Lablache, P. V. De. *As características Próprias da Geografia*. In Christofolletti, A. *Perspectivas da Geografia*. Difel. 1982. Pp. 37-47.
- Lacoste, Y. A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra. Papyrus. 15º Edição. 2010.
- Pegoraro, O. A. Ética e Bioética. Editora Vozes. 2002.
- Pelletier, P. A Cidade e a Geografia Urbana em Elisée Reclus e sua Época. In: Reclus, E. Renovação de Uma Cidade. Editora Imaginário. 2010
- Raffestin, C. Por uma Geografia do Poder. Ática. 1993
- Reclus, E. *Da Ação Humana na Geografia Física*. Editora Imaginário. 2010 A
- \_\_\_\_ Renovação de Uma Cidade. Editora Imaginário. 2010 B
- \_\_\_\_ As Repúblicas da América do Sul. Editora Imaginário. 2010 C
- \_\_\_\_ O Estado Moderno. Editora Imaginário. 2010 D
- \_\_\_\_ Do Sentimento d Natureza nas Sociedades Modernas. Editora Imaginário. 2010 E
- \_\_\_\_ A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista. Editora Imaginário. 2002
- \_\_\_\_ El Hombre y la Tierra (Org. Beatrice Giblin). Editora Efe. 1982
- \_\_\_\_ On Vegetarianism.2009. in: [theanarchistlibrary.org](http://theanarchistlibrary.org) (Acesso: 14/05/2011)
- Singer, P. Libertação Animal. WMF Martins Fontes. 2010

### **Consultas na Internet**

<http://books.google.com/books?id=6Ia5eZIIgLUC&pg=PA21#v=onepage&q&f=false> (Vegan Source Book) (Acesso: 14/05/2011)



Elise Reclus, French geographer and anarchist who was awarded the gold medal of the Paris Geographical Society in 1892 for *La Nouvelle Géographie universelle*. He was educated at the Protestant college of Montauban and studied geography under Carl Ritter in Berlin. Having identified himself with the *Encyclopaedia Britannica's* editors oversee subject areas in which they have extensive knowledge, whether from years of experience gained by working on that content or via study for an advanced degree. See *Article History*. Alternative Title: Jean-Jacques-Elise Reclus. View *Elise Reclus Research Papers* on *Academia.edu* for free. This paper traces a genealogy of anarchist geographies back to the modern development of anarchism into a distinct political philosophy following the Enlightenment. The initial rise of geographers' engagement with anarchism occurred at the end of the nineteenth-century, owing to Elise Reclus and Peter Kropotkin, who developed an emancipatory vision for geography in spite of the discipline's enchantment with imperialism at that time. The realpolitik of the war years in the first half of the twentieth-century and the subsequent quantitative revolution in geography represent a nadir for anarchis *Nuova Geografia Vol Nove*. by. Reclus, Jacques Elise. Publication date. 1891. Reclus, Jacques Elise ; Brunialti, Attilio (Traduttore). *Nuova geografia universale. La terra e gli uomini di Eliseo Reclus*, v. 9. *L'Asia anteriore Tradizione italiana con note ed appendici per cura di Attilio Brunialti* (1849-1920). Milano : Leonardo Vallardi, 1891.